

Este documento contém propostas preliminares que servem de Base para construção do programa da REDE - SC - 2018, aqui denominado **Mapa do Caminho Santa Catarina**. Essas propostas foram sistematizadas a partir de contribuições de dirigentes, filiados e simpatizantes da REDE - SC.

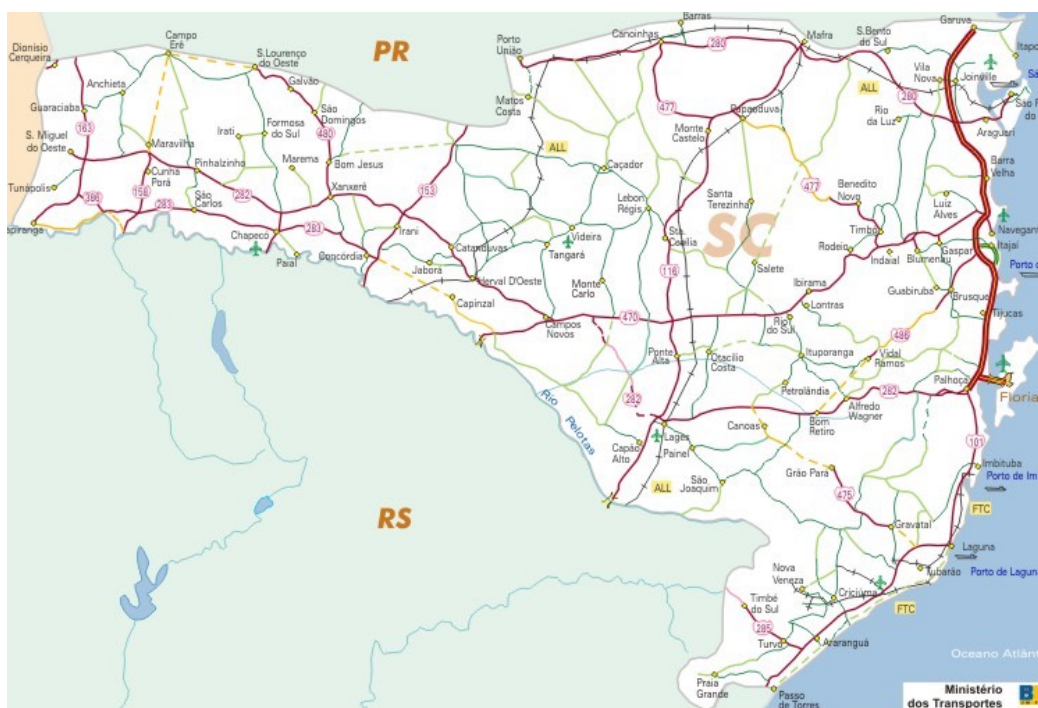
A REDE - SC disponibiliza este documento para receber contribuições da sociedade, as quais serão analisadas e consideradas na versão final do **Mapa do Caminho** que será apresentado à sociedade na campanha eleitoral de 2018.

Participe. Suas contribuições são muito bem vindas e podem ser feitas no site:

<https://sc.redesustentabilidade.org.br>

ou enviadas pelo email
redes18sc@gmail.com

Mapa do Caminho Santa Catarina Propostas preliminares



Bases para construção programática - 2018

Introdução: Este documento segue os princípios e valores norteadores para a construção das propostas da REDE-SC para o pleito eleitoral de 2018.

1. **Participação democrática:** é preciso aprimorar a democracia. Os processos decisórios não podem estar circunscritos a uma elite política, econômica ou mesmo técnica: participação popular e aperfeiçoamento da democracia são fundamentos para construção de propostas para a boa administração pública. Estes princípios serão viabilizados por meio da democratização e ação efetiva dos conselhos gestores; implementação dos conselhos da cidade, construção de planos diretores verdadeiramente participativos, utilizando o consenso progressivo como forma de deliberação pública.

O objetivo maior é a democratização do acesso aos direitos, aos ganhos econômicos da sociedade, à educação, à saúde, à segurança, à habitação, enfim, da cidadania plena com sustentabilidade ambiental.

2. **Sustentabilidade ampliada:** A sustentabilidade econômica, social, política, cultural e ambiental deve ser garantida através de mudanças consistentes no modelo predominante, resgatando a melhoria da qualidade de vida da população com o compromisso de não comprometer o bem-estar e o bem viver no futuro, contemplando o princípio transgeracional da sustentabilidade.

3. **Eficiência, eficácia e transparência:** todas as áreas de políticas públicas e intervenção governamental devem ser administradas com sensibilidade e foco em resultados tangíveis (eficácia), fazendo uso racional dos recursos públicos (eficiência e equilíbrio) e garantindo o controle social e responsabilização das decisões e ações públicas (transparência).

4. **Justiça e Diversidade:** é necessário abrigar o multiculturalismo, a diversidade religiosa e de gênero, com uma administração pública comprometida com a justiça socioambiental, onde o respeito, a apropriação e a construção coletiva são fundamentais.

Linhas Temáticas:

EDUCAÇÃO

Promover a educação de qualidade e democrática, que contribua para a construção de novos sujeitos, capazes de transformar a sociedade rumo a um mundo sustentável.

É imprescindível assumir o compromisso inadiável com a erradicação do analfabetismo e com garantia de acesso a toda população a uma educação de qualidade: isso implica em priorizar alocação de verbas do orçamento para recuperação e ampliação das unidades de ensino, tendo por meta a garantia de oferta que atenda integralmente a demanda. A política educacional precisa ter foco numa educação pública e universal de qualidade em todos os níveis, integral, inclusiva, formadora de cidadãos comprometidos com uma vida social solidária e sustentável, preparados para os desafios de uma sociedade cada vez mais demandante de informação e conhecimento, como princípio fundante de uma verdadeira República baseada na igualdade de oportunidades para todos.

Esforço para criar creches públicas capazes de cumprir as metas do PNE, promovendo as condições efetivas de ampliação das unidades e firmando convênios com entidades privadas, mantendo estrita vigilância sobre sua atuação.

Universalizar a educação infantil na faixa etária de 4 a 5 anos.

Implantação escola de tempo integral no ensino básico.

Implantação do programa de hortas escolares.

Articular políticas de educação, saúde e assistência social em programas de apoio direto às famílias.

Aprimorar planos de carreira e de salários e avaliar desempenho e resultados tendo como referência as boas práticas já existentes, articulando de forma efetiva a carreira à formação inicial e continuada.

Profissionalizar a docência com jornada integral em uma mesma escola.

Estreitar os laços e relações entre escola, universidade, comunidade e poder público, por intermédio de políticas de formação profissional inicial e continuada, articuladas e em sintonia com as demandas educacionais das diferentes escolas que compõe o sistema público de educação.

Elaborar subsídios para implantar gestão sustentável nas escolas.

Estabelecer padrões democráticos e eficazes de gestão apoiados em controle social de resultados, e incentivar a gestão democrática nas unidades escolares com a participação de professores, pais, alunos e comunidade.

Apoiar as bibliotecas públicas e comunitárias, museus e espaços educativos não formais. Modernizar espaços e atualizar acervos. Criar um fundo direto para a aquisição de publicações e equipamentos, e para a viabilização de cursos e programação cultural voltada para a comunidade.

Oferecer esporte de qualidade em todas as escolas, valorizando a importância da disciplina e promovendo atividades inclusivas, que incentivem a diversidade, o trabalho em equipe e a criação de valores.

INOVAÇÃO

Apoio à expansão de polos de inovação e produção tecnológica: fomentar parcerias com a iniciativa privada e instituições públicas para oferta de cursos de formação e incentivo a instalação de novas empresas de base tecnológica.

Implementar políticas para o desenvolvimento de tecnologia social, tendo como fundamento o desenvolvimento econômico e social por meio da disseminação de soluções para problemas essenciais: demandas por água potável; energia; alimentação; renda; saúde; transporte, permitindo a melhora da qualidade de vida das populações carentes.

Apoiar a atuação dos agentes criativos, diminuindo a burocracia e a tributação que incidem sobre as associações, cooperativas e empresas culturais, desenvolvendo tecnologias que facilitem a organização em redes e coletivos.

Estimular a conversão para cidades colaborativas e criativas, com áreas verdes e de convívio social, apoiando a criação de agenda de eventos de moda, design, cinema, teatro, música e artes visuais, amparada por um eficiente plano de mobilidade.

Otimizar a gestão e a programação dos equipamentos culturais públicos, adequando e multiplicando salas de espetáculos, espaços expositivos, auditórios e salas de ensaio.

Capacitar e atualizar gestores e servidores a respeito de tendências artísticas, culturais e boas práticas em gestão.

Ampliar o financiamento e o número de espaços públicos multiculturais para a juventude e conceder bolsas de incentivo a jovens que desenvolvam atividades culturais para sua comunidade.

MODELO ECONÔMICO

Elaborar os Planos Estadual e Municipais de Desenvolvimento Econômico, com nova orientação do modelo vigente, valorizando as vantagens competitivas da economia local, e garantindo crescimento da riqueza com melhoria de sua distribuição por meio do fortalecimento de políticas públicas para atividades compatíveis com a vocação local, como indústria de tecnologia limpa (TICs, cinema), aquicultura/maricultura (inclusive cultivos off-shore), serviços (turismo sustentável e comércio), e buscar, em articulação com prefeituras, disciplinar o processo de expansão imobiliária de acordo com a capacidade de suporte dos municípios.

Fortalecimento e qualificação da aquicultura e da pesca nos níveis artesanal e industrial, e produção agroecológica de base familiar e orgânica: fomentar parcerias para ampliar a qualificação dos produtores familiares, com ênfase na produção orgânica agroecológica. Compromisso de dirigir as compras para a merenda escolar prioritariamente de produtores familiares agroecológicos.

Intensificar a vigilância ambiental e sanitária para coibir o uso indevido de agroquímicos contaminantes e prejudiciais ao ambiente e à saúde pública.

Implantar o conceito de “compras verdes”, definindo metas para compras de produtos ambientalmente amigáveis.

Fortalecer políticas afirmativas ao desenvolvimento de setores/indústrias estruturantes na Economia de SC como metalmecânico, cerâmico, proteínas, naval, logística e turismo.

Fortalecer políticas de investimento na melhoria de infraestrutura logística, diversificando o modal de transporte de cargas principalmente.

Promover uma reforma tributária no âmbito das competências do Governo Estadual, direcionada a aplicação dos recursos financeiros do Estado o mais próximo de onde é arrecadado; que desonere a produção e avance numa tributação mais adequada sobre consumo e ganhos de capital, com revisão dos critérios atuais de renúncia fiscal.

Estimular a destinação de espaços urbanos públicos à comercialização dos produtos advindos de produtores familiares e de sistemas agroecológicos, fiscalizando e estabelecendo critérios mínimos para a certificação de garantia de origem e o processo produtivo.

Estimular o desenvolvimento de tecnologias alternativas para a produção nos setores da aquicultura e da apicultura.

Implantar programas contra o desperdício de alimentos (Desperdício Zero).

Incentivar a criação de hortas comunitárias, com a utilização de áreas públicas para a formação de hortas orgânicas.

Fortalecer o comércio e melhorar os serviços: a necessidade de pôr fim à dupla tributação e o imperativo de estender aos dois setores os benefícios das políticas de crédito. Apoiar demandas legítimas do setor de serviços e comércio para que sejam contempladas na reforma tributária, como o fim da diversidade de regras entre estados e municípios, da bitributação e dos impostos cumulativos.

Fomentar o empreendedorismo em geral, principalmente das mulheres, proporcionando oportunidades para que possam alfabetizar-se ou voltar a estudar, organizando cursos profissionalizantes e oficinas de empreendedorismo, parcerias com instituições como o Sebrae e incubadoras de universidades, tendo sempre como pressuposto o protagonismo das beneficiárias.

Elaborar os planos de turismo sustentável, democratizando acesso e potencializando atrativos naturais e culturais, difundindo valores locais e contribuindo para transição a uma economia sustentável. Estimular a capacitação permanente de mão de obra para a atividade turística.

Criação de mecanismos e programas que ajudem a implantação do ecoturismo e do turismo rural com valorização dos aspectos ecológicos e culturais, a exemplo do programa Acolhida na Colônia, já em desenvolvimento em diversas regiões de Santa Catarina.

Universalização da inserção digital e o acesso a informação nas áreas rurais (internet, telefonia), facilitando a permanência no campo do agricultor e dos seus filhos.

Ampliar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) garantindo proteção adequada para crianças de áreas rurais e urbanas em situação de risco, especialmente as vítimas de atividades ilegais como exploração sexual e tráfico de drogas.

MEIO AMBIENTE e SUSTENTABILIDADE

Fortalecimento dos Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e paritário, com respeito a autonomia política das representações da sociedade civil, empresários e Governo.

Apoiar e estimular a elaboração de estudos técnicos integrados com ampla participação da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa para definição da capacidade de suporte dos municípios e limites de ocupação, incluindo abastecimento de água e saneamento, coleta e tratamento de resíduos (lixo), fornecimento de energia elétrica, e o respeito absoluto as Áreas Legalmente Protegidas.

Revisão dos Planos de Saneamento Básico e sua integração nas regiões metropolitanas, de forma que permita a implementação de medidas que garantam a rápida universalização do saneamento nos municípios, o estabelecimento de modelos alternativos e diversificados de tratamento de esgoto.

Prioridade na expansão dos serviços de gestão de resíduos sólidos, e de resíduos perigosos: independentemente do tamanho da população, estabelecer como obrigatória a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), dotando os municípios de ferramentas adequadas para tratar adequadamente seus resíduos, com responsabilidade ambiental e racionalização no reuso e reaproveitamento de materiais.

Fomentar a criação de núcleos de compostagem para tratamento dos resíduos orgânicos.

Promover a inclusão social dos catadores e recicladores de lixo, com fomento à construção de cooperativas de associados, devidamente organizadas e registradas, com carteira de trabalho e renda mensal; melhorar a gestão incentivando o tratamento de esgotos no local de origem dos empreendimentos (antes do lançamento em redes urbanas e recursos hídricos).

Difundir e estimular a adoção de tecnologias e processos que permitam aos municípios atingir a meta de 100% de coleta seletiva.

Apoiar com assessoria e transferência de tecnologias para que os municípios catarinenses alcancem a meta de reciclar no mínimo 10% do lixo domiciliar coletado.

Foco no enfrentamento das mudanças climáticas. Por uma gestão pública socioambiental.

Implementar programa e ações de regularização e adequação ambiental dos imóveis rurais, para a recuperação áreas degradadas, especialmente Reservas Legais e Áreas de

Preservação Permanente (APPs) orientando os agentes ambientais a atuarem como promotores e orientadores destas ações.

Mapeamento das áreas de risco e solução para a retirada eficaz de moradores, com a proibição de novas construções nas áreas de risco.

Reduzir o consumo absoluto de combustíveis fósseis por parte das frotas públicas, incluindo equipamentos do transporte coletivo.

Estimular a utilização de biocombustíveis, bem como de outras fontes de energias limpas e renováveis (solar, eólica, biomassa).

Fortalecimento e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza com ações voltadas a criação de novas UCs e fortalecimento da gestão daquelas já existentes no Estado; inclusão de programas de visitação as UCs nos roteiros turísticos dos municípios. Estabelecimento de parcerias institucionais e comunitárias para a gestão das UCs.

Compromisso com a orientação e apoio na elaboração e implementação efetiva dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica;

Aprimorar a defesa dos direitos animais por meio da abolição de todas as formas de crueldade contra animais e de políticas públicas para o bem-estar de animais urbanos, selvagens e de uso comercial, e coibir a caça de maneira firme e decisiva.

Implementar programa de proteção da fauna silvestre, fortalecendo ações de preservação de habitats naturais e combatendo a caça, o aprisionamento e o tráfico.

Criação e difusão de programas de educação ambiental em parceria com Organizações Não-Governamentais, empresas e outros órgãos da administração pública, com o envolvimento de escolas públicas e privadas, visando a formação de novos agentes na defesa do meio ambiente.

Criação de programas eco eficientes, com ações de indução ao reaproveitamento da água da chuva, aproveitamento da energia solar, com investimento no aproveitamento da energia contida no lixo, atacando também o problema da destinação final dos resíduos.

Compromisso pela instalação ou retomada dos comitês de bacias hidrográficas e apoio para implantação de órgãos colegiados de política urbana, com efetivação de mecanismos deliberativos.

Revisão e planejamento para o desestímulo as atividades econômicas de alto impacto ambiental e insustentáveis, com política indutora de migração para atividades alternativas.

MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas já afetam milhões de pessoas em todo mundo. Santa Catarina sofre o efeito de eventos climáticos cada vez mais extremos que provocam enchentes, vendavais, ressacas, secas e até furacões. Especialistas afirmam que os eventos climáticos extremos já ocorrem com maior frequência e intensidade, sem que nossas cidades estejam adequadamente preparadas para enfrentá-los. Fortalecer os sistemas de alerta e a Defesa Civil e adotar medidas de prevenção e mitigação é fundamental.

Investir em ações preventivas e mitigadoras, como proteção e recuperação da vegetação nativa nas margens de rios e encostas de morros, recuperação de áreas de preservação permanente degradadas e aumento dos espaços de permeabilização nas cidades.

Implementar e apoiar ações e programas de prevenção para evitar que as pessoas ocupem áreas de risco, evitando assim que sejam afetadas pelos efeitos dos eventos climáticos adversos como enchentes e deslizamentos de terra.

Implementar ações e programas que propiciem a alocação de espaços adequados para moradia a população carente.

SAÚDE

Promover políticas de promoção da saúde e prevenção de doenças.

Universalização e melhoria dos serviços de saúde, com ênfase na atenção básica.

Instituição do programa Médico da Família.

Criar Centrais de Regulação estrategicamente distribuídas, garantindo o acesso dos cidadãos de forma mais rápida e humanizada à rede hierarquizada de atenção integral à saúde.

Acordar com o Poder Judiciário e com o Ministério Público parâmetros para o acolhimento e agilização de demandas individuais de procedimentos e de medicamentos de alto custo.

Ampliar e qualificar a Estratégia Saúde da Família: Aumentar o atendimento de programas como Saúde da Família, visando a oferecer maior apoio às pessoas idosas e prevenir doenças ligadas ao envelhecimento.

Criar programas de informação e de tratamento de doenças crônicas comuns entre os idosos.

Incentivar programas voltados à qualidade de vida e a prática de atividades físicas para integrar os idosos a pessoas de outras faixas etárias.

Estimular a adequação o espaço urbano para atender às necessidades da população idosa.

GESTÃO PÚBLICA

Desburocratizar e descentralizar a administração pública, estimulando a reformulação de modelos de gestão das autarquias, empresas públicas, fundações; os debates sobre a necessária mudança de visão de Estado, não raro, levam a um receituário reduzido do famoso “choque de gestão”, pautado por um único eixo, o da “eficiência gerencial”. É insuficiente. Nossas escolhas são políticas e envolvem participação social em todas as fases dos processos públicos.

Extinguir as atuais secretarias regionais e fortalecer as secretarias estaduais, as associações de municípios e os municípios.

Revisão do modelo de gestão pública burocrático por modelos de governança pública, coprodução do bem público e participação popular;

Melhorar as condições salariais e de trabalho de servidores públicos das áreas fins da Administração Pública, como professores, agentes de segurança e profissionais de saúde, buscando maior equilíbrio na remuneração dos diferentes profissionais, em todas as esferas do Poder Público.

Priorizar os funcionários públicos concursados no preenchimento dos cargos de livre provimento, e redução do número de Secretarias e cargos comissionados.

Ampliar a introdução de tecnologias de informação e comunicação (TICs) para o aprimoramento da gestão pública (e-government) e para o aprofundamento da representatividade política (e-democracy).

Explorar a governança eletrônica para inserir a população nos ciclos de planejamento e orçamento, fornecendo informação aos cidadãos e criando canais para que participem das decisões.

Implantar uma administração com foco em resultados; com sistema de metas, indicadores e bonificação por desempenho.

Priorizar a intervenção nas áreas urbanas para melhorar a qualidade de vida, integrando esforços de educação, saúde, saneamento, lazer, mobilidade e segurança. Precisamos desenvolver cidades saudáveis, democráticas e seguras.

Aprimorar no Estado e nos municípios as instâncias colegiadas de participação e deliberação popular, garantindo à população acesso aos serviços públicos básicos de qualidade.

Incentivar a participação efetiva de pessoas com necessidades especiais na definição de políticas públicas para elas, mediante conferências, fóruns e consultas.

Incentivar e aprimorar a gestão pública integrada nas regiões metropolitanas; focar as zonas metropolitanas e as áreas de maior vulnerabilidade social e ambiental como alvo da integração das políticas públicas, com coordenação e transversalidade. Incentivar a criação de agências locais de Desenvolvimento da Região Metropolitana para fazer planejamento de curto, médio e longo prazos, viabilizando e fiscalizando a execução de projetos de desenvolvimento e integração.

Estimular a transparência e o controle social das atividades dos Poderes Públicos;

AMBIENTE URBANO

Aplicação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) e buscar a implementação dos Planos Diretores Participativo nos municípios.

Fortalecer os órgãos de fiscalização e controle de ocupação do solo;

Direcionar a atuação integrada com a Defesa Civil para erradicação das moradias em áreas de risco, como forma de garantir a todos o direito à moradia digna e a preservação e recuperação do Meio Ambiente; viabilizar a imediata realização do mapeamento das áreas de risco dos municípios;

Ampla revisão no modelo de transporte, racionalizando os meios para escoamento da produção e melhoria da mobilidade com priorização do transporte coletivo público e integrado, ampliar a política de restrição ao uso individual de automóveis e implantação de ciclovias nas áreas metropolitanas; e incorporar a política de transporte numa proposta de reforma urbana que disponibilize na cidade espaços saudáveis, democráticos e seguros, que garanta o direito à moradia como forma de cidadania e possibilite o redirecionamento do investimento em mobilidade para priorizar os pedestres, o transporte ativo e o transporte público.

Tornar efetiva a fiscalização que garanta observância à legislação de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais.

Capacitar trabalhadores que atendem ao público para lidar com pessoas com deficiência intelectual, inclusive aquelas com dificuldades de comunicação.

Realizar investimentos contínuos na acessibilidade arquitetônica e tecnológica dos equipamentos públicos utilizados pelas escolas e nas estruturas de Atendimento Educacional Especializado.

Planejamento cicloviário, com diversificação de estruturas que facilitem e incentivem o uso da bicicleta, incluindo ciclovias, ciclo faixas, Zona 30, vias verdes, bicicletários.

Realização de obras que garantam o direito à acessibilidade, tanto em benefício das pessoas portadoras de necessidades especiais, quanto em relação a uma cidade acessível, uma questão que pressupõe maior importância do zoneamento urbano sobre as redes de transporte.

SEGURANÇA

A sensação de insegurança é fator que preocupa e compromete a qualidade de vida da população. A prevenção à violência depende de investimentos em saúde pública, educação, qualificação profissional, nos estabelecimentos de atendimento à dependentes químicos, em medidas preventivas ao uso indevido de drogas, em atividades educativas, esportivas e culturais. Enfim, prevenir significa investir em políticas públicas voltadas à infância e aos nossos jovens, que são as maiores vítimas dos crimes de homicídio no Brasil. É necessário efetivar com urgência políticas públicas para a juventude, que forneçam ao jovem a qualificação e a esperança de conseguir um emprego, e através dessa ocupação legal e regular, dar-lhe a oportunidade de viver dignamente.

Promover articulação e capacitação para efetivar a avaliação da origem, da motivação e da cultura local; levantar as curvas de crescimento de homicídios e crimes; padronizar o policiamento comunitário com uma polícia bem treinada e equipada; integrar ações de prevenção com programas sociais, desenvolvendo e implementando políticas públicas de infância e juventude, e dando maior efetividade aos projetos de atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Revitalizar e valorizar espaços participativos nas comunidades locais, como os Conselhos Comunitários de Segurança, e reconhecer as contribuições do profissional

que atua “na ponta” na elaboração de diagnóstico e de planos de ação para combater a violência, tornando o policial um gestor da segurança pública local.

Aplicar os princípios da segurança com cidadania, fortalecendo políticas preventivas e o modelo do policiamento comunitário. Integrar políticas públicas de educação e segurança, gerando programas de conscientização da população para a erradicação da violência.

Criar e incentivar programas de Vigilância Comunitária.

Apoiar os processos de gestão ambiental dos territórios de comunidades tradicionais e populações indígenas, apoiando a implantação de projetos socioambientais em comunidades tradicionais e terras indígenas.

Integrar ações em distintas instâncias do poder público, em especial a integração de ações de polícia.

Investir na tríade, prevenção, repressão e ressocialização.

Adotar medidas que combatam efetivamente o tráfico de drogas, o comércio e uso ilegais de armas.

ENERGIA PARA SUSTENTABILIDADE

O desenvolvimento sustentável só é possível se estiver alicerçado numa matriz energética limpa, renovável e descentralizada. O Setor Energético é estratégico e essencial para a construção de uma sociedade sustentável, cabendo ao Estado garantir ao cidadão o fornecimento de energia limpa e de qualidade com custo justo.

A atual política energética precisa de uma revisão que permita:

Diversificar a matriz energética com estímulo forte às fontes alternativas de geração, como a solar, eólica e biomassa.

Ampliar a eficiência energética, reduzindo perdas e induzindo a adoção de equipamentos e processos que otimizem a eficiência no setor industrial.

Estabelecer de imediato critérios que favoreçam a adoção de tarifas mais justas, baseadas nos custos de produção da energia no Brasil.

Reduzir o número de intermediários e atravessadores no mercado de energia.

Impulsionar junto às atuais concessionárias a repotencialização das unidades geradoras e linhas de transmissão, ampliando a oferta e melhorando a segurança no sistema.

Transição rápida da geração termelétrica a base da queima de combustíveis fósseis para fontes alternativas renováveis.

Viabilizar o processo de avaliação ambiental integrada das unidades geradoras por bacias hidrográficas, considerando os múltiplos usos da água e a valorização dos aspectos cênicos (ex: cânions, cachoeiras, corredeiras para geração de lazer e renda através do ecoturismo).

Investir em novas tecnologias e desenvolver uma cadeia de produção nacional que viabilizem a popularização das unidades geradoras descentralizadas com ênfase em energias seguras e limpas como a solar, eólica, biomassa (ex: morador urbano e produtor rural podem ser também produtores de energia).

Incentivar a co-geração e o investimento descentralizado, permitindo o ingresso e comercialização do excedente no sistema.

Resgatar a capacidade de geração e transmissão pública, reduzindo a dependência dos fornecedores privados.

Aprimorar a governança e a transparência das empresas públicas, reduzindo a interferência política partidária nessas empresas e criando mecanismos de participação popular e da sociedade civil.